Agribusiness brasileiro

A integração das cadeias produtivas

Marcos Antônio Matos*

O TERMO '*agribusiness*' foi definido pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg na Universidade de Harvard, nos EUA, em 1957. O conceito envolve desde a pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços até a comercialização de alimentos, fibras e energia da biomassa chegar ao consumidor no âmbito mundial. Isso significa muitas e complexas cadeias produtivas.

Na vanguarda dos processos produtivos, surgem novos padrões na demanda alimentar, como os funcionais, nutracêuticos e orgânicos, dentre outros, que acentuam a dinâmica das empresas que se organizam em torno dos elos no sistema de suprimento de alimentos no mundo.



De acordo com a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), o mundo possui desafios em relação à produção de alimentos e de energia devido ao incremento da renda e da taxa de urbanização e crescimento populacional. Tais variáveis resultam no aumento da demanda por estes bens, especialmente nos países em desenvolvimento. Para que todos tenham acesso aos alimentos, a oferta mundial precisará aumentar em 70% até 2050. Diante disso, a demanda global por grãos e óleos vegetais destinados à alimentação humana e animal e à produção de energia deverá ser elevada em 1,52 bilhão de toneladas, o que leva a concluir que o mundo precisará produzir mais grãos e óleos vegetais neste período do que se produziu nos últimos 10 mil anos.

Nesse contexto, o Brasil é reconhecidamente uma potência na produção de grãos, fibras, carnes e biocombustíveis e na geração e difusão de conhecimento e tecnologia do setor. A competitividade do agronegócio nacional é revelada por meio da tecnologia empregada no campo, da eficiência da produção corporativa, da organização de pequenos e médios produtores em cooperativas e associações, do sistema de crédito rural oficial e da presença de empresas nacionais e globais de grande porte.

Importância do agronegócio no Brasil

O *agribusiness* possui fundamental importância na economia brasileira, devido à participação no PIB e na balança comercial e aos empregos gerados. O agronegócio apresentou significativa evolução entre 2000 e 2010, sendo responsável por 22,2% da geração de riquezas do País, o que representou um montante de R$ 917,65 bilhões (Cepea, 2012).

O Brasil é um dos grandes exportadores globais de *commodities* agrícolas, como a soja, milho, café, laranja, açúcar, além das carnes. A balança comercial do agronegócio teve superávit de US$ 78 bilhões nos oito primeiros meses de 2013, valor 9,5% acima dos US$ 71,25 bilhões registrados em igual período do ano passado.

No Plano Safra da agricultura e pecuária de 2013/14, foram previstos R$ 136,00 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, com uma produção esperada de 190,00 milhões de toneladas de grãos, fibras e oleaginosas. Na safra 2002/03, o montante disponível atingia R$ 20 bilhões, com uma produção de 96,70 milhões de toneladas.

Para a agricultura familiar, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o aporte total de recursos na safra 2013/14 é de R$ 21 bilhões, frente aos R$ 4 bilhões aplicados em 2002/03. São beneficiadas 4,3 milhões de unidades produtivas, responsáveis por um terço do PIB agropecuário, com 74% da mão de obra no campo.

Somado a isso, a partir de 2005, efetivamente foram inseridos os selos sociais,

trazendo benefícios tributários para as empresas que adquirissem produtos da agricultura familiar. Só o programa de biodiesel, por exemplo, apresenta o montante de 3 bilhões de litros por ano, com as aquisições totais de oleaginosas da agricultura familiar que superam R$ 1 bilhão, por meio da estruturação das cadeias de valor e a inclusão social de mais de 100 mil famílias.

Destaca-se, ainda, a Lei Federal 11.947, que trata da aquisição de produtos para a alimentação escolar. Pela Lei, pelo menos 30% dos produtos adquiridos para alimentar os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem vir da agricultura familiar, das suas associações e cooperativas. Dessa forma, criou-se mais um mercado de incentivo aos agricultores familiares.

Ao mesmo tempo, assiste-se ao processo de internacionalização das empresas. A integração nas cadeias de valor e a dinâmica da indústria de alimentos no Brasil acompanharam o processo global de concentração, frente aos aportes em infraestrutura e o acesso aos canais de distribuição no âmbito global.

A indústria de alimentos é o berço da industrialização brasileira e de parte expressiva do empresariado nacional de grande porte. Boa parte do fluxo de investimento estrangeiro direto tem assumido dimensões consideráveis no contexto econômico, com relevantes consequências para a estrutura empresarial do País. Atualmente, o setor fatura R$ 431,9 bilhões, com 1,63 milhão de postos de trabalho. As maiores empresas globais que atuam no setor de alimentos no Brasil (gordura vegetal, biscoitos, bebidas, dentre outros) representam parte significativa do mercado.

As principais *trading companies* (Cargill, Bunge, ADM, LDC, por exemplo) possuem uma ampla estrutura de ativos em território nacional e estão inseridas na exportação de grãos e fibras, logística intermodal, industrialização de alimentos (óleos e margarinas), produção de açúcar e energia, bem como operações com insumos.

A concentração de empresas é também extrapolada para vários setores da indústria química, pois se incluem os agroquímicos nos processos produtivos. As empresas que desenvolvem novas moléculas são, principalmente, europeias, dos EUA e Japão. Há, ainda, o crescente setor de Biotecnologia animal e vegetal, muitas vezes associado com a indústria química (agroquímicos).

Muitos dos países que concorrem com o Brasil no cenário global das *commodities* agrícolas possuem grupos que investiram maciçamente no país, com o processo de fusão de empresas, pesquisa aplicada à tecnologia de ponta e desenvolvimento de variedades/cultivares adaptadas, mais produtivas e com eventos bióticos e abióticos de resistência.

Eliminando gargalos e elevando a competitividade

É evidente que os desafios do *agribusiness* no cenário nacional estão associados, há décadas, à falta de infraestrutura, em especial logística, diante dos modais de transportes pouco eficientes, dos portos sem competitividade, do sistema tributário, em especial o ICMS interestadual confuso e impactante, bem como da carência de unidades de recepção, secagem e armazéns.

É algo histórico, que deve ser encarado com responsabilidade. Há pontos positivos na Medida Provisória dos Portos, aprovada em junho último, que estabelece um novo marco regulatório para o setor. Somado a isso, o Governo também atua na viabilização, por meio da disponibilização de crédito, para implantação de novas unidades de recepção, secagem e armazenamento. Para o financiamento de novas estruturas, o prazo é de quinze anos, com três anos de carência e juros de 2,5% a.a.

Replicando o modelo brasileiro

Atualmente, o Brasil passou a ser reconhecido como agente da cooperação no âmbito internacional. É nesse contexto que se iniciam os debates relacionados à política nacional de cooperação a ser adotada no Brasil, bem como as discussões sobre os atuais projetos e escopo de atuação na América Latina e na África.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a área com potencial de uso para agricultura é de 1,39 bilhão de hectares, para atender a demanda mundial por alimentos, fibras e energia. Deste total, a América do Sul e a África, localizadas no *tropical belt* do globo terrestre, possuem 50,0% (695 milhões de hectares) e 44,6% (621 milhões de hectares), respectivamente.

Diante desse cenário, o *agribusiness* nacional apresenta sólida capacidade potencial para a expansão do conhecimento e a replicação de modelos nas políticas de cooperação internacional, considerando-se a experiência na produção de alimentos em condições tropicais, os aspectos de sustentabilidade no âmbito ambiental, social e econômico e as especificidades de cada país. ■



STOCK.XCHNG

*Consultor da FGV Projetos